



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

JOSINALDO SIMÃO DA SILVA JÚNIOR

Relatório de Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório Externo

João Pessoa

2017

JOSINALDO SIMÃO DA SILVA JÚNIOR

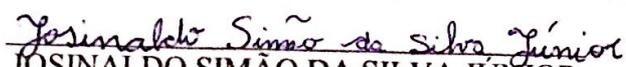
Relatório do Estágio Curricular Supervisionado
Não Obrigatório Externo apresentado à
Coordenação de Estágio e Monitoria, referente ao
período de 17\01\17 a 31\12\17, realizado no setor
de GT de acessibilidade pedagógica.

João Pessoa

11 DE DEZEMBRO DE 2017

JOSINALDO SIMÃO DA SILVA JÚNIOR

Em atendimento a Lei n. 11.788/2008, apresentamos o relatório das atividades desenvolvidas no estágio curricular supervisionado não obrigatório externo, conforme Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e Plano de Atividades de Estágio (PAE) previamente celebrados entre as partes abaixo.


JOSINALDO SIMÃO DA SILVA JÚNIOR
Estagiário Graduando em Educação Física
E-mail: josinaldojr0@hotmail.com
(assinatura)


SANDRA ALVES DA SILVA SANTIAGO
Servidor Supervisor de Estágio
E-mail: sandraassantiago@gmail.com
(assinatura e carimbo)

ANDREZA APARECIDA POLIA
Professor Orientador de Estágio
E-mail: andrezapolia@hotmail.com
(assinatura e carimbo)

João Pessoa

11 de dezembro de 2017

RESUMO

O presente relatório apresenta e descreve as atividades desenvolvidas como estagiário junto ao GT (grupo de trabalho) de acessibilidade pedagógica, grupo vinculado ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no período compreendido entre 17 de ~~junho~~ a 31 de dezembro de 2017. O referido GT que tem por objetivo elaborar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas desenvolvidas junto aos estudantes com deficiência da UFPB e assessorar os professores e pessoal técnico administrativo. Durante o primeiro semestre voltou-se para as ações diretamente ligadas as necessidades dos estudantes com deficiência visual e outras necessidades emocionais e psicopatológicas, especialmente de estudantes do curso de Psicopedagogia, enquanto no segundo semestre voltou-se para ações de orientação aos professores no tocante às adaptações curriculares, orientações específicas, acompanhamento pedagógico especializado. De modo geral, podemos afirmar que, embora buscássemos responder as demandas, o fato de contarmos com um número irrisório de estagiário frente as ações que necessitam ser desenvolvidas, dificultaram bastante todo o processo. Por outro lado, também é importante destacar que, apesar das dificuldades, as experiências obtidas nesse estágio contribuíram com nossa formação acadêmica, oportunizando reflexões, estudos e o desenvolvimento de ideias criativas que puderam favorecer o exercício do direito de aprender para alunos com deficiências ou outras necessidades temporárias.

Palavras-chave: Grupo de trabalho. Acessibilidade. Inclusão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 DESENVOLVIMENTO	6
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	10
REFERÊNCIAS	11

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório final se refere às atividades desenvolvidas pelo GT de acessibilidade pedagógica, mais especificamente aquelas desenvolvidas no período compreendido entre 17 de janeiro e 31 de dezembro de 2017.

O GT de acessibilidade pedagógica consiste num grupo de trabalho, vinculado ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que, junto a outros grupos, buscam implementar e assegurar a política de inclusão neste ambiente acadêmico. Para tanto, o respectivo grupo se vale das suas prerrogativas legais para contribuir com a inclusão e a acessibilidade na UFPB, conforme está previsto na Resolução 9, de 2016, mais especificamente no Art. VII, quais sejam de elaborar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas desenvolvidas junto aos estudantes com deficiência da UFPB e assessorar os professores e pessoal técnico administrativo, quando solicitado, nas questões relativas à acessibilidade pedagógica relativa às atividades de natureza acadêmica (UFPB, 2016).

Nessa direção, o GT de acessibilidade pedagógica conta com o apoio de professores de diferentes campi e centros e funciona basicamente em razão das demandas que chegam, seja por meio dos próprios estudantes, seja por meio dos professores, ou ainda por meio do próprio CIA, quando este encaminha processos ou convida o GT a acompanhar aqueles que, porventura, necessitam de um olhar pedagógico. Diante das necessidades, o GT de acessibilidade pedagógica realiza seu planejamento anual e mensal, considerando a rotatividade de solicitações e a urgência no atendimento de cada uma delas.

Apresentaremos a seguir, o planejamento para 2017, as demandas recebidas no semestre compreendido entre janeiro e dezembro deste ano, bem como as ações desenvolvidas ao longo desse período, dificuldades enfrentadas e proposições a serem feitas para melhoria do trabalho no próximo semestre.

Ao final, também avaliamos o estágio realizado, funções exercidas e aprendizagens feitas junto ao GT de acessibilidade pedagógica, considerando nossas expectativas iniciais e o que foi preciso repensar e reorganizar a fim de atender satisfatoriamente as prerrogativas do locus de estágio, cuja preocupação central é a promoção da inclusão e da acessibilidade junto aos estudantes da UFPB.

2 DESENVOLVIMENTO

A fim de que melhor apresentemos nossa experiência no GT de acessibilidade pedagógica, dividimos este conteúdo em quatro partes distintas: a) O GT de acessibilidade pedagógica e suas ações específicas; b) As intervenções desenvolvidas; c) As dificuldades enfrentadas; d) Pontos positivos e negativos do estágio.

a) O GT de acessibilidade pedagógica e suas ações específicas

O Gt de acessibilidade pedagógica consiste num grupo diretamente vinculado ao CIA, mas que assume função específica na consolidação da política de inclusão na UFPB. Dentre suas principais ações, destacamos aquelas que dizem respeito mais direto a nossa atuação como estagiário com o apoio da coordenação geral do GT, quais sejam: 1) receber as demandas dos estudantes com deficiência ou de seus professores; 2) planejar e realizar reuniões periódicas com os integrantes do GT, a fim de discutir e buscar respostas pedagógicas para as solicitações feitas pelos estudantes ou professores; 3) buscar ou elaborar materiais, recursos ou orientações que se voltem à promoção de acessibilidade dos estudantes assistidos pelos programas criados e/ou supervisionados pelo CIA, na UFPB.

Em geral, essas demandas são trazidas pelos estudantes que se sentem excluídos das oportunidades educacionais propostas pelos docentes, ou pelos docentes que não sabem como avaliar os estudantes com deficiência. Mas, ocorrem, ainda, de serem trazidas pelo próprio CIA, quando identifica nas suas demandas iniciais, casos que necessitam de uma intervenção pedagógica específica. Nesses casos, a coordenação do CIA faz contato com a coordenação do GT de acessibilidade pedagógica, e, esta, por sua vez, reúne os membros do GT a fim de discutir o caso.

Desse modo, a ação do GT de acessibilidade pedagógica nasce, portanto, das necessidades do cotidiano. E, geralmente, compete à coordenação e demais membros ouvir ambas as partes, analisar as questões pedagógicas envolvidas (método, metodologia, avaliação, recursos) e, a partir disto, propor adaptações possíveis e que atendam às necessidades dos estudantes com deficiência, garantindo-lhes direitos, sem infringir as exigências acadêmicas compatíveis com cada curso e com cada componente curricular (BRASIL, 2015).

Esta, como se pode ver, não tem sido uma tarefa fácil, tendo em vista a grande variedade de cursos presentes no universo da UFPB, comportando tantas especificidades quanto conhecimentos variados. Além do mais, o GT de acessibilidade pedagógica não dispõe em sua estrutura de profissionais de diferentes áreas (o que dificulta o trabalho), nem possui quantidade suficiente de membros para atender com brevidade a cada caso que chega, o que gera, por vezes, angústia e preocupação em cada um de nós, diretamente envolvidos no trabalho.

Outro aspecto a considerar é que nem sempre é possível encontrar na literatura atual, sugestões que nos auxiliem no atendimento aos estudantes com deficiência. Na maioria das vezes, não há registro de casos semelhantes de inclusão de estudantes no ensino superior ou notificadas as adaptações que já foram realizadas, o que significa grande desafio para o grupo, pois é preciso criar soluções, num tempo breve, pois o estudante está necessitando de ajuda, hoje, aqui e agora, quando a maioria dos professores não sabe o que fazer para ajudar. (CRÓ, 2009).

b) As intervenções desenvolvidas

Atendendo aos mais diferentes cursos, o GT de acessibilidade pedagógica é desafiado pelas demandas que chegam. Conforme já citamos, por vezes, a falta de produção na área nos impele ao estudo, pesquisa, construção de alternativas – muitas vezes – inexistentes na produção científica na área da inclusão. Esse é um elemento determinante para o trabalho feito pelo GT de acessibilidade pedagógica. Além disso, também nos compete promover espaços e momentos educativos para a comunidade acadêmica, articulando ações que integrem os diferentes centros e campi em prol da construção de uma cultura de inclusão na UFPB, pois, na maioria dos casos, ainda enfrentamos a barreira atitudinal.

Desse modo, foi bastante difícil conciliar ações de construção de uma cultura inclusiva com o atendimento específico e individualizado que nossas demandas exigem. Destacamos, nesse ano os casos seguintes:

- a) Larissa, aluna com deficiência visual (perda total), do curso de Psicopedagogia. Como a estudante encontra-se no estágio supervisionado da clínica psicopedagógica, a coordenadora de estágio procurou o CIA, que fez

contato conosco, a fim de que fosse possível verificar as necessidades de adaptação que a estudante necessitaria, a fim de que pudesse realizar seu estágio curricular;

- b) Prisciliane, aluna cega do curso de Terapia ocupacional. Como a aluna paga a disciplinas práticas em laboratório (histologia), a professora necessita de orientação de como tornar a aula acessível a mesma, que materiais utilizar, como fazer adaptações, avaliação, etc;
- c) Diego, aluno com TDAH, de ciências contábeis, que solicitava abreviação de curso;
- d) Yuri, aluno com TDAH, da matemática computacional, que necessitava de apoio do CIA para não desistir do curso ou ser jubilado;
- e) Emanuel, aluno surdo da licenciatura em matemática, que enfrentava dificuldades para acompanhar o curso;
- f) Gilvânia, aluna surda do curso de Pedagogia, que solicitava apoio do CIA;
- g) Aluno surdo-cego da Pedagogia que abriu processo contra a professora;

Diante de tantas demandas, listamos, a seguir as ações desenvolvidas junto aos casos:

1. Para o caso de Larissa - Conhecer os materiais e o espaço clínico de estágio e estabelecer momentos de orientação específica junto aos professores e supervisores da aluna na clínica psicopedagógica;
2. Para o caso de Prisciliane – manter encontro com a professora Rossana e dar orientações de adaptações curriculares e de material para gerar acessibilidade pedagógica;
3. Para o caso de Diego – manter diálogo com o prof. Fábio da PRG e emitir parecer a respeito da negativa do pedido de abreviamento do curso;
4. Para o caso de Yuri – encaminhar o estudante ao CIA, para avaliação e orientações gerais;
5. Para o caso de Emanuel – realizar reunião com a apoiadora do estudante e orientá-la ao tipo de apoio que o mesmo necessita; avaliar o estudante detectando suas reais necessidades de adaptação;

6. Para o caso de Gilvânia – buscar informações junto à coordenação do curso a fim de detectar as necessidades da aluna; orientar a coordenação sobre o assunto; avaliar a estudante para identificar suas necessidades;
7. Para o caso do estudante surdo-cego – ouvir o CIA a respeito do caso;

Para todos os casos, mantivemos o diálogo constante com o CIA, buscando minimizar as dificuldades e buscar alternativas de solução adequadas a cada caso.

c) As dificuldades enfrentadas

Foram muitas as dificuldades enfrentadas junto ao GT de acessibilidade pedagógica. Podemos enumerar as principais:

1. Pouco tempo para realizar as orientações e adaptações específicas para os estudantes e dar orientações aos professores;
2. Baixa frequência dos membros do GT de acessibilidade pedagógica, para resolver problemas, discutir os casos e dividir responsabilidades;
3. Falta de recursos do GT para aquisição de material para fazer as adaptações.

d) Pontos positivos e negativos do estágio

Com relação aos pontos positivos, destacamos a oportunidade de conhecer realidades tão distintas da nossa. O contato com pessoas com deficiência e a identificação de suas necessidades específicas de adaptação nos fizeram perceber o quanto é importante desenvolvermos um olhar inclusivo, pois estes indivíduos demonstram capacidade de superação muito maior que a nossa diante das dificuldades cotidianas, entretanto, eles precisam de respeito aos seus direitos, de maneira que não sejam excluídos das oportunidades educacionais.

Quanto aos pontos negativos, não vejo nenhum que mereça destaque. Mesmo as dificuldades que enfrentamos para atender as necessidades dos alunos foram válidos, pois nos motivaram a buscar soluções em meio aos obstáculos, não desistindo da meta do Gt de acessibilidade pedagógica, que é promover a inclusão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência no GT de acessibilidade pedagógica é única, pois a cada momento, a cada semestre, as questões a serem resolvidas são específicas. Portanto, sempre é momento de aprendizagem, de crescimento acadêmico. Seja nas experiências de divulgação da proposta inclusiva, seja nas reuniões de estudo com os membros do GT ou, ainda, junto ao atendimento dos casos que chegam para realizarmos adaptações, são todos momentos de muita aprendizagem.

Nossa presença em cada instante, junto à coordenação do GT de acessibilidade pedagógica foi muito rico, pois pudemos questionar, pesquisar, aprender, buscar, criar.

De início, nos assustamos com as dificuldades, a falta de recurso, pouco tempo para atender as necessidades dos estudantes, mas, paulatinamente, a coordenação do GT foi nos acalmando e orientando, e aos poucos fomos compreendendo melhor nosso papel junto ao GT. Desse modo, conseguimos contribuir, propor alternativas, solucionar problemas, o que nos deixou muito satisfeito.

O apoio da coordenação do GT foi essencial para nossa aprendizagem e nossa atuação como estagiário, o que repercute na nossa formação acadêmica, e certamente, fará diferença na nossa atuação profissional futura, pois hoje temos um olhar mais inclusivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Brasileira da Inclusão**. Brasília: Senado Federal, 2015.

CRÓ, Maria de L. **Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais**. 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/662>. Acesso em 14 de junho de 2017.

UFPB. **Resolução 9\2016**. Disponível em: www.ufpb.br/cia. Acesso em 20 de junho de 2017.